

Secretaria-Geral**Despacho n.º 6842/2017**

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 23/2012, de 9 de fevereiro, que aprovou a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde e no artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, designo a Licenciada Cláudia Sofia Coelho Fernandes Monteiro, Diretora de Serviços da Direção de Serviços de Gestão, Informação, Relações Públicas e Arquivo, para me substituir no período de férias compreendido entre 1 e 4 de agosto de 2017.

O presente despacho produz efeitos desde 1 de agosto.

1 de agosto de 2017. — A Secretária-Geral, *Sandra Cavaca*.
310685986

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.**Aviso (extrato) n.º 8923/2017****Procedimento concursal comum para preenchimento de 152 postos de trabalho para a carreira geral de assistente técnico**

1 — Nos termos da alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, informamos os interessados que a lista de candidatos admitidos e excluídos, no âmbito do procedimento concursal comum aberto através do Aviso n.º 5551/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 96, de 18 de maio, para o preenchimento de 152 postos de trabalho da carreira e categoria de assistente técnico do mapa de pessoal da ARSLVT, I. P., se encontra divulgada na página eletrónica da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. em www.arslvt.min-saude.pt/pages/484, e ficará também afixada nos serviços centrais das instalações da ARSLVT, I. P., na Av. dos Estados Unidos da América n.º 75, em Lisboa.

2 — Nos termos do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e para efeitos de audiência de interessados os candidatos excluídos dispõem do prazo de 10 dias úteis para alegarem o que entenderem por conveniente, de acordo com o estabelecido nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

3 — A data, hora e local da realização da Prova de Conhecimentos, serão divulgados oportunamente nos termos definidos no artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

28 de julho de 2017. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Nuno Ribeiro de Matos Venade*.

310690423

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa**Aviso n.º 8924/2017**

Por deliberação do Conselho Diretivo do CHPL de 07-06-2017, foi autorizado o regresso de licença sem remuneração superior a um ano ao enfermeiro do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, António José Xavier da Gama com efeitos a 03-07-2017.

17 de julho de 2017. — A Administradora do SGRH, *Cristina Pereira*.
310646351

Aviso n.º 8925/2017

Por deliberação do Conselho de Administração do CHPL de 17-03-2016, foi autorizado o regresso de licença sem remuneração superior a um ano à técnica superior de Serviço Social do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, Tatiana Alexandra Gonçalves Penedo da Silva Carvalho com efeitos a 16-05-2016.

17 de julho de 2017. — A Administradora do SGRH, *Cristina Pereira*.

310646424

Declaração de Retificação n.º 531/2017

Por ter sido publicada com inexatidão a Deliberação (extrato) n.º 556/2017, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 20 de junho

de 2017, retifica-se que onde se lê «16 horas semanais na ULSBA» deve ler-se «30 horas semanais na ULSBA».

17 de julho de 2017. — A Administradora do SGRH, *Cristina Pereira*.

310646465

Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P.**Aviso (extrato) n.º 8926/2017**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.ºs 1 e 2 do art.º 4.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na sua redação atual, torna-se público que após consulta à entidade gestora do sistema de requalificação (INA), foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 5 de junho de 2017, com o trabalhador Rui Manuel Abrantes Malagueta Rodrigues Tavares, para o exercício de funções da carreira/categoria de Assistente Técnico no Núcleo do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Formação no Centro de Sangue e da Transplantação de Coimbra, deste Instituto, com a remuneração de 889,10 correspondente à posição remuneratória entre 3.º e 4.º nível remuneratório entre o 8.º e 9.º da tabela remuneratória única.

Para efeitos do disposto nos artigos 45.º a 51.º da LTFP, e observado o disposto no artigo 21.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, designa-se o seguinte júri para efeitos da avaliação final do período experimental:

Presidente: Maria Beatriz Sanches Faxelha, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Formação do mapa de pessoal do IPST, IP;

1.º Vogal efetivo: Dora Patrícia Raimundo Lopes Ferreira, Coordenadora Técnica do mapa de pessoal do IPST, IP;

2.º Vogal efetivo: Isabel Maria dos Santos Queiroz, Coordenadora Técnica do mapa de pessoal do IPST, IP;

1.º Vogal suplente: Maria de Fátima Alho Januário Antunes, Assistente Técnica do mapa de pessoal do IPST, IP; e,

2.º Vogal suplente: António da Silva Rodrigues, Coordenador Técnico do mapa de pessoal do IPST, IP.

O 1.º Vogal Efetivo substitui o Presidente nas suas faltas e/ou impedimentos.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 120 dias.

11 de julho de 2017. — A Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Formação, *Maria Beatriz Sanches Faxelha*.

310642552

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte****Aviso n.º 8927/2017**

A delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) para a área do município de Tarouca foi publicada pela Portaria n.º 117/95, de 2 de novembro, alterada pelo Aviso n.º 14426/2014, de 29 de dezembro.

A Câmara Municipal de Tarouca apresentou, nos termos do disposto na *a*) do n.º 1 do artigo 16.º-A do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, uma proposta de alteração simplificada da delimitação da REN para o município, no sentido de viabilizar a ampliação do entreposto frigorífico da empresa Macro-Frio, que emprega 43 funcionários e é reconhecido pelo Município como de Interesse Público Municipal, por não ter alternativa às exigências técnicas/legais que se lhe impõem.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte procedeu à consulta da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P./Administração Regional Hidrográfica do Norte, prevista no n.º 3 do artigo 16.º-A do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, tendo esta entidade emitido parecer favorável.

Nos termos do n.º 5 do artigo 16.º-A daquele diploma, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte aprovou, em 23